

PLANEAMENTO SUSTENTÁVEL EM SAÚDE: PERCEÇÕES SOBRE TERMOS, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PROCESSUAIS E METODOLÓGICAS

Ana Cristina Garcia*¹, André Beja*, Fernando Passos Cupertino de Barros², António Pedro Delgado*, Paulo Ferrinho*

*Global Health and Tropical Medicine, Instituto de Higiene e Medicina Tropical-Universidade NOVA de Lisboa (GHTM/IHMT NOVA), Portugal; ²Departamento de Epidemiologia/Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (DEP/INSA), Portugal; ³Universidade Federal de Goiás, Brasil

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (1) veio reforçar a atenção crescente dos países e sistemas de saúde à adequação dos modelos de planeamento ao desenvolvimento sustentável (2-6). Enquanto iniciativa conjunta de ação global, compromete os Países a decidir qual a melhor forma para integrar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas nos processos de planeamento, políticas e estratégias (1), na continuidade da importância atribuída ao planeamento como processo útil à implementação de estratégias de sustentabilidade (7-10).

O reconhecimento do papel central da saúde para o alcance do desenvolvimento sustentável coloca desafios específicos ao planeamento em saúde (11,12), os quais têm sido abordados de diferentes formas entre os países e sistemas de saúde (2-6).

Integrado num projeto de investigação mais vasto, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento de um modelo de planeamento em saúde no quadro dos ODS, este estudo, de carácter exploratório, tem por objetivo contribuir para a compreensão de conceitos e características processuais e metodológicas do planeamento sustentável em saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Numa estratégia de observação participada, com base nas principais mensagens recolhidas num painel de discussão realizado durante o 5º Congresso Nacional de Medicina Tropical (5CNMT), em abril de 2019, foram utilizadas as apresentações dos oradores no painel do 5CNMT, e as transcrições das intervenções no debate, com cerca de 80 participantes provenientes do Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal. As apresentações e transcrições das intervenções foram submetidas a análise de conteúdo (13).

Adicionalmente, foi conduzida uma análise de fontes documentais (artigos científicos e documentos políticos e técnicos) resultantes de uma revisão da literatura de tipo narrativa (PubMed, Google Scholar e Google), que permitiu uma recolha de elementos para complementar e enquadrar os achados da análise de conteúdo e a discussão da temática. (14). A revisão da literatura teve por palavras-chave - *health, planning, sustainability OU sustainable development E community participation; e health, planning, sustainability OU sustainable development E intersectoral action* - selecionadas com base nos temas que emergiram da análise de conteúdo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- United Nations (UN). Transforming our world: The 2030 Agenda for sustainable development. New York: UN; 2015.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Strategies for Sustainable Development: Guidance for Development Co-operation. Paris: OECD Publications Service; 2001.
- Berke PR, Conroy MM. Are we planning for sustainable development? An evaluation of 30 comprehensive plans. *Journal of the American Planning Association*; 66 (21-33); 2000.
- United Nations. Report of the Capacity Building Workshop and Expert Group Meeting on Integrated Approaches to Sustainable Development Planning and Implementation. New York: UN; 2015.
- Partnership for Action on Green Economy (PAGE). Integrated Planning & Sustainable Development: Challenges and Opportunities. 2016.
- Blas E, Roebbel N, Rajan D, Valentine N. Intersectoral planning for health and health equity. In Schmetz G, Rajan D, Kadandale S, editors. *Strategizing national health in the 21st century: a handbook*. Geneva: World Health Organization; 2016. p. 597-639.
- World Commission on Environment and Development (WCED). Report of World Commission on Environment and Development: Our Common Future. New York: United Nations; 1987.
- United Nations (UN). United Nations Conference on Environment & Development – Agenda 21. Rio de Janeiro: UN; 1992.
- United Nations (UN). Rio Declaration on Environment and Development. Rio de Janeiro: UN; 1992.
- United Nations (UN). Report of the United Nations Conference on Sustainable Development. Rio de Janeiro: UN; 2012.
- United Nations (UN). United Nations Conference on Environment & Development – Agenda 21. Rio de Janeiro: UN; 1992.
- von Schirmding Y, Mulholland C. Health and Sustainable Development: Addressing the Issues and Challenges. WHO Background Paper prepared for the World Summit on Sustainable Development. Geneva: World Health Association (WHO); 2002.
- Bowen GA. Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qual Res*. 2009; Ago 3;9(2):27-40.
- Ribeiro JLP. Revisão de investigação e evidência científica. *Psicologia, Saúde & Doenças*; 2014;15(3):671-682.
- Holden E, Linnerud K, Banister D. Sustainable development: Our Common Future revisited. *Global Environmental Change*. 2014; 26:130-9.
- Smith J, Buse K, Gordon C. Civil society: the catalyst for ensuring health in the age of sustainable development. *Globalization and Health*. 2016; 12:40. DOI 10.1186/s12992-016-0178-4.



Fonte: World Health Organization, 2019

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; SDG: Sustainable Development Goals

Figura 1. A Saúde no centro dos ODS

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Emergiram 4 temas principais:

- perceções do planeamento sustentável;
- planeamento sustentável e participação dos cidadãos;
- planeamento sustentável e articulação intersectorial;
- planeamento sustentável e condições de implementação.

Do debate, ressaltaram diversas perceções do planeamento sustentável. Só uma minoria enquadrou o termo como sendo o planeamento que contribui para a consecução dos ODS, destacando-se alusões como: o planeamento “baseado no equilíbrio dos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiente, sociedade e economia”, ou “que responde às necessidades sem prejuízo ecológico e sem comprometer as gerações futuras”. Outras perceções foram sugeridas por expressões como: o planeamento “que garante a continuidade do ciclo de planeamento” ou “que assegura a implementação”. Esta variabilidade é consistente com a falta de consenso quanto à perceção dos conceitos de sustentável e de sustentabilidade descrita na literatura consultada, sendo admitido como consequência, a potencial perda de utilidade do desenvolvimento sustentável na orientação da elaboração de políticas e na implementação de estratégias coerentes (15).

As abordagens participativas do planeamento em saúde, que integram a participação dos cidadãos e a articulação intersectorial, com particular enfoque na redução das iniquidades em saúde e no alcance da cobertura universal, foram realçadas no debate e na literatura (4-6), e consideradas das mais efetivas para o alcance de objetivos de saúde e de bem-estar alinhados com os princípios do desenvolvimento sustentável. A participação dos cidadãos em todas as etapas do processo de planeamento e as vantagens da sua precocidade foram sublinhadas, considerando-se, no debate, que o envolvimento das pessoas e comunidades no planeamento é a “forma mais efetiva de ajustar as soluções às necessidades da população”. A literatura consultada reforça que o envolvimento precoce dos cidadãos e da sociedade civil aumenta o potencial para a adesão de todos os setores à resolução dos problemas de saúde (16).

CONCLUSÃO

A mobilização social e das comunidades no processo de planeamento em saúde parece ser facilitador da seleção e implementação de estratégias de saúde no contexto do desenvolvimento sustentável, parecendo importante a discussão e rápida consensualização do conceito de planeamento sustentável.